



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Mem. PL-EDI/N.º43/2020

Pelotas, 06 de agosto de 2020

De: Daniela da Rosa Curcio

Curso Técnico de Edificações

Para: Carlos Jesus Anghinoni Correa

Direção-Geral do Câmpus Pelotas - Campus Pelotas

Assunto: **Resposta ao memorando PL-DIRGER/N.º143/2020**

Conforme solicitado, de acordo com análise e discussão sobre a minuta do documento "Diretrizes para o desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais no IFSul adotadas em razão da Pandemia COVID-19", a Coordenadoria do Curso Técnico de Edificações se manifesta CONTRÁRIA a adoção de atividades pedagógicas não presenciais no IFSul.

A Coordenadoria do Curso Técnico de Edificações não concorda com a minuta apresentada, e afirma seu posicionamento considerando os pontos elencados abaixo:

- a minuta das diretrizes contraria documentos institucionais basilares para a nossa atuação, quais sejam o seu Estatuto, o Projeto Pedagógico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024, ferindo alguns dos seus princípios, valores, função social e filosofia.

- a minuta do documento apresenta em seu "Capítulo II - Dos princípios fundamentais" sete princípios fundamentais que deverão ser considerados, mas no desenvolvimento do documento, em vários títulos e artigos estes princípios são feridos.

- dentre todas as discordâncias e pontos que consideramos que ferem os princípios fundamentais da minuta destacamos três como críticos e intoleráveis para a sua aprovação, são eles:

- é inadmissível a autorização para acesso de alunos e servidores às dependências da Instituição (Art. 17, fere inciso I do Art. 2);
- precisamos construir previamente a Política Emergencial de Inclusão Digital, que o documento propõe que seja elaborada (Art. 30, para garantir os incisos II e III do Art. 2);
- não podemos "optar" por uma retomada do calendário suspenso, a única opção deveria ser um calendário extraordinário (Art.35, fere o inciso V do Art. 2);
- não podemos permitir uma ampliação das cargas horárias do período letivo, inclusive entendemos que deveria ser definido um limite de carga horária inferior a carga horária prevista semanalmente e limitar o número de componentes curriculares, caso a opção seja desenvolver-los, acreditamos que o ideal seria a realização de atividades pedagógicas não vinculadas ao PPCs dos cursos, mas atividades pedagógicas passíveis de aproveitamento posterior conforme avaliação de cada curso ou colegiado (Art. 39, fere o inciso V do Art.2);

- a minuta deveria prever em suas considerações finais o prazo limite para sua reavaliação e vigência.

Por fim, entendemos que a minuta do documento não garante, nem ao menos busca, uma Unidade Institucional em todas as suas unidades, o que acarreta prejuízos imensuráveis e ainda destacamos o nosso desacordo com o aligeiramento das discussões e construções realizadas.

Atenciosamente,

Daniela da Rosa Curcio

Curso Técnico de Edificações

Autenticação N°. 8676205eed8a2634585c7afe65baa662